

HISTÓRIA DA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL E O TRABALHO COM PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS

Urandy Alves de Melo^{1*}; Jeferson Silva da Cruz²; Orientador: Prof. Drn. Henrique Miguel De Lima Silva³

Universidade Estadual da Paraíba, R. Baraúnas, 351, universitário. CEP: 58.429- 500, Campina Grande, PB, Brasil. E-mails: urandyuepb@yahoo.com.br; jefersonaluno1@hotmail.com; henrique.miguel.91@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a história da estrutura da organização do sistema de ensino no Brasil e o trabalho com práticas educativas na educação de alunos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico de teóricos que são deram alicerces ciência para as teorias serem fundamentadas e a escrita ser por envolvimento do aluno-professor importante para o conhecimento a que entrosa-se historicamente ou socialmente. Esse estudo teve uma fundamentação teórica nos autores: Dourado; Paro; Morais (2001) Frigotto (1991), Freire (2006), Gracindo (2000), Romanelli (1987), Veiga; Fonseca (2001). Compreende-se que nos últimos anos, o ensino fundamental teve valores crescentes de aplicação de recursos, ao passo que o superior sofreu diminuição de gastos. A ênfase sobre as questões da qualidade do ensino revela, contraditoriamente, certo desprezo pelas questões políticas que condicionam o sucesso do aluno e a obtenção da cidadania, bem como responsabiliza o professor pelo fracasso escolar. Esperar-se por uma evolução das práticas educativas na educação de alunos, para sejam favoráveis em retorno de aprendizagem e conhecimento, que certamente o alunado adquire, seja, através das leitura e teorias que lhes são alicerces oportunos para o futuro de sua vida. Diante do exposto na história da estrutura da organização do sistema de ensino no Brasil, analisou-se que a complexidade do período histórico abrange desde a década de 30 até o momento atual a sua repercussão na evolução da educação escolar no País requerem, para a apropriada compreensão, a utilização de categorias outras, além das categorias econômicas e políticas. Em relação ao trabalho com práticas educativas de alunos analisou-se que para as atividades em sala de aula, requer-se qualificação docente, que para a educação no encontro das mesmas com o aluno, é preciso planejamento, para que possar-se planejar essas atividades, partidas de práticas educativas que promovem saberes vivenciados no cotidiano escolar do docente com o aluno.

Palavras-chave: Alunos, Docente, Educação, Ensino, Práticas educativas.

¹ Graduando em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba

² Graduando em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba

³ Professor Orientador. Graduado em Letras Português, Inglês e suas Literaturas pela UPE. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela FUNESO. Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo CINTEP. Mestre em Linguística pela UFPB. Doutorando em Linguística pela UFPB Membro do Laboratório de Aquisição da Fala e da Escrita - LAFE/UFPB. Membro do Projeto Variação Linguística na Paraíba - VALPB/UPB. Membro do Grupo de Estudos em Cognição e Ensino – COGENS/UFPB. Membro do Grupo de Estudos em Aspectos Psicológicos e Sociais da Aprendizagem – GPAPSA/UFPB.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a história da estrutura da organização do sistema de ensino no Brasil, bem como trabalho com práticas educativas na educação de alunos. Optamos pela pesquisa de caráter bibliográfico, com um viés qualitativo, sob um enfoque crítico, objetivando compreender a relevância da relação aluno-professor importante para o conhecimento a que entrosa-se historicamente ou socialmente.

Ainda em se tratando da temática abordada, selecionamos como fundamentação teórica Dourado; Paro; Morais (2001) Frigotto (1991), Freire (2006), Gracindo (2000), Romanelli, Veiga; Fonseca (2001). Parte-se do pressuposto de que nos últimos anos, o ensino fundamental teve valores crescentes de aplicação de recursos, ao passo que o superior sofreu diminuição de gastos.

Além disso, o entendimento das questões da qualidade do ensino revela, contraditoriamente, a polarização de que o sucesso é sempre do aluno e o fracasso culpa do professor. Esperar-se por uma evolução das práticas educativas na educação de alunos, para sejam favoráveis em retorno de aprendizagem e conhecimento, que certamente o alunado adquire, seja, através das leituras e teorias que lhes são alicerces oportunos para o futuro de sua vida.

Conceitualmente os temas que embasam uma relação incomum com o problema desse estudo teórico, serão abordados na revisão de literatura temas, que são os seguintes: **a história da estrutura e da organização do sistema de ensino no Brasil, a busca pela autonomia no ensino.**

Diante do exposto na história da estrutura da organização do sistema de ensino no Brasil, analisou-se que a complexidade do período histórico abrange desde a década de 30 até o momento atual a sua repercussão na evolução da educação escolar no País requerem, para a apropriada compreensão, a utilização de categorias outras, além das categorias econômicas e políticas.

Em relação ao trabalho com práticas educativas de alunos analisou-se que para as atividades em sala de aula, requer-se qualificação docente, que para a educação no encontro das mesmas com o aluno, é preciso planejamento, para que se possa planejar essas atividades, partidas de práticas educativas que promovem saberes vivenciados no cotidiano escolar do docente com o aluno.

A HISTÓRIA DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL

Vamos, a partir de agora, analisar a história da estrutura e da organização da educação brasileira, alternando-se em importância e permeando os diferentes períodos de acordo com as partes conceituais que acompanharam historicamente o debate da democratização do ensino no Brasil.

A história da estrutura e da organização do ensino no Brasil reflete as condições socioeconômicas do País, mas revela, sobretudo, o panorama político de determinados períodos históricos.

A partir da década de 80, por exemplo, o panorama socioeconômico brasileiro indicava uma tendência neoconservadora que acenava à minimização do Estado, o qual se afastava de seu papel de provedor dos serviços públicos como saúde e educação. Atualmente, esse modelo está instalado. Paradoxalmente, as alterações da organização do trabalho, resultantes, em grande parte, dos avanços tecnológicos, solicitam da escola um trabalhador mais qualificado para as novas funções no processo de produção e de serviços.

Com o Estado ausentando-se das funções educacionais, como e onde formar, então, o trabalhador? As constantes críticas ao desempenho do poder público remetem ao setor privado, apontado como o mais competente para essa tarefa. Apresenta-se uma questão crucial para o entendimento do papel social da escola: é sua função formar para o trabalho, ou ela constitui espaço de formação do cidadão partícipe da vida social?

Organismos financiadores dos países terceiro-mundistas, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento Mundial, também chamado Banco Mundial (BM), sugerem a garantia de educação básica mantida pelo Estado, isto é, gratuita, o que não significa, todavia, que ela seja ministrada em escolas públicas.

Os neoliberais criticam o fato de a escola pública manter o monopólio do ensino gratuito. Sugerem que o Estado dê aos pais cheques com o valor necessário para manter o estudo dos filhos, cabendo ao mercado de escolas públicas e particulares disputar esses cheques. Assim, as escolas públicas não receberiam recursos do Estado e se manteriam com o recebimento desses valores em condições iguais às das particulares, alterando-se, assim, o conceito de público.

Trata-se da implementação da política de *livre escolha*, uma das propostas básicas dos neoliberais.

Alegaram os neoconservadores que países mais pobres, como o Brasil, devem dar primazia à educação básica (leia-se ensino fundamental), o que significa menor aporte de recursos para a educação infantil e para o ensino médio e superior. Também, no caso do ensino superior, o Estado financiaria o aluno que não pudesse pagar seus estudos, e este devolveria os valores do empréstimo depois de formado.

Um estudo patrocinado pelo BM, diz que a educação escolar básica *“é o pilar do crescimento econômico e do desenvolvimento social e o principal meio de promover o bem-estar das pessoas”*. A média de escolaridade dos trabalhadores no Brasil é de aproximadamente 4 anos, contra 7,5 anos no Chile, 8,7 anos na Argentina e 11 anos na França. Há a preocupação dos empresários brasileiros em ampliar essa média, não só para *“promover o bem-estar das pessoas”*, como diz o documento do BM, mas também para oferecer ao mercado uma mão-de-obra mais qualificada. Um fabricante de armas gaúcho declarou que *“os processos de produção estão cada vez mais sofisticados. (...) Não podemos deixar equipamentos de R\$ 500.000, um milhão de dólares, nas mãos de operários sem qualificação”*.

Como constatamos, não é possível discutir educação e ensino sem fazer referência a questões econômicas, políticas e sociais. Daí a escolha da década de 30, começo do processo de industrialização do País, para iniciarmos o estudo sobre o processo de organização do ensino no Brasil.

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais da década de 30 imprimiram um novo perfil à sociedade brasileira. A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, mergulhou o Brasil na crise do café, mas em contrapartida encaminhou o País para o desenvolvimento industrial por meio da adoção do modelo econômico de substituição das importações, alterando assim o comando da nação, que passou da elite agrária aos novos industriais.

De 1930 a 1937, motivada pela industrialização emergente e pelo fortalecimento do Estado-nação, a educação ganhou importância, e efetuaram-se ações governamentais com a perspectiva de organizar, em plano nacional, a educação escolar. A intensificação do capitalismo industrial alterou as aspirações sociais em relação à educação, uma vez que nele eram exigidas condições mínimas para concorrer no mercado, diferentemente da estrutura oligárquica rural, na qual a necessidade de instrução não era sentida nem pela população nem pelos poderes constituídos (Romanelli, 1987).

A complexidade do período histórico que abrange desde a década de 30 até hoje a sua repercussão na evolução da educação escolar no País requerem, para a apropriada compreensão, a utilização de categorias outras, além das econômicas e políticas.

A BUSCA PELA AUTONOMIA NO ENSINO

Para uma busca de autonomia no ensino nos cursos de formações continuadas, graduação e pós-graduação educação, é necessário a formação dos docentes. Além disso, porque a educação, busca democratizar a sociedade tendo como base os conhecimentos científicos, é um ato político, contra uma sociedade segregadora de classes e etnias, é posicionamento ideológico.

Sabe-se ainda que as análises das reformas educacionais em curso no mundo constata a existência de pontos comuns nas políticas educacionais, tais como gestão da educação, financiamento, currículo, avaliação e formação de professores. Todavia, há aspectos que impregnam esses pontos e que, historicamente, caracterizam as políticas de educação, como a questão da centralização e descentralização, do público e privado, da quantidade e qualidade do ensino superior e ensino fundamental. No contexto atual, isso pode ser observado nos inúmeros deslocamentos de prioridades, resultantes de uma nova forma de pensar a sociedade, o Estado e a gestão da educação (Gracindo, 1997).

Neste sentido, faz-se necessário:

Avaliar as mudanças no contexto sociopolítico que com as mesmas ocorridas na produção da contemporaneidade permeiam no cotidiano da escola. Com implicações em diferentes instituições dos diversos campos sociais, o sistema de automação influencia o modo de como de produzir nas indústrias (VEIGA, 2001, p. 32).

O Estado tende a impingir na escola os ideais neoliberais, alegando abertura para participação e sugerindo não-interferência na administração, em relação à questão de poder entre Estado e escola Frigotto (1991), Silva (2002), Dourado e Paro (2001).

Para cada área do saber científico outro ponto indispensável consiste na formação voltada. Na prática de docentes, infelizmente é lamentável ver alguns deles ministrando seu trabalho em funções para as quais não tem ainda uma formação específica. Estamos longe do trabalho docente com tal formação específica, apesar que o governo federal ver esse problema como foco para prometer novas licenciaturas para os docentes que atuam em áreas divergentes de sua primeira formação.

Sabe-se ainda que a:

necessidade de formação específica e profissionalizante para o educador, em oposição a um histórico de voluntariado, até hoje incentivado por campanhas de órgãos oficiais, em um fragorante descomprometimento com a garantia do direito a educação básica de qualidade, que não se pode negar ao cidadão, numa sociedade que se quer democrática (BARCELOS, 2006, p.134).

Ainda em se tratando desse processo formativo

Isso implica: construção de espaços para reflexão crítica, flexibilização e criação de canais de informação nas escolas, alianças e apoios entre os profissionais e implementação de políticas públicas de valorização e formação docente. Portanto, precisamos conceber a formação continuada dos educadores como elemento crucial para a (re) construção da instituição escolar. (ALMEIDA, 2004, p. 244)

Em consonância com o que foi dito anteriormente, Almeida e Martins (2009, p. 17) aludem que:

Acreditamos que as boas práticas pedagógicas sejam apropriadas a todos os alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais. (...) em alguns momentos e contextos, esses alunos podem precisar de flexibilizações mais significativas ou de atendimentos mais específicos. Um currículo, que tenha como princípio a diferença deverá considerar todas essas situações e vivências.

Os procedimentos dos autores ao fazerem sua colocação são aplicados, considerados e significativos na docência. No que implica aos discentes para promover um trabalho reflexivo sobre a didática que o docente ministra em sala de aula, faz-se necessário compreender esse espaço.

Para uma educação de qualidade e baseada na perspectiva crítica de ensino outro ponto que merece destaque são nossas legislações educacionais, que não tem considerado com a devida relevância os procedimentos necessários, pois na maioria das vezes são insuficientes.

Por fim, caso tenha-se em mente um ensino que seja trabalhado em um ensino crítico, prático e com problemas sociais nas práticas dos docentes com os problemas sociais de forma cotidiana e reflexiva atinge-se o sucesso em certa área de conhecimento. É necessário desconstruir saberes estáticos para uma consideração das experiências de mundo que rodeia os discentes. Dessa maneira ao consideramos a heterogeneidade do saber, das salas de aula e da sociedade, democratizamos o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos processos de ensino e aprendizagem sobo enfoque crítico e historiográfico contribui diretamente no desenvolvimento crítico de abordagens que, por sua vez, possam da conta os problemas educacionais que, infelizmente, se desenvolveram ao longo do tempo.

Diante disso, faz-se necessário compreender estas etapas da história da educação como passo primeiro momento para análise das problemáticas educacionais para, em seguida, nos debruçarmos sobre como as teorias desenvolvidas ao longo do tempo podem contribuir para a transformação dessas práticas, estanques, mancas e ineficazes.

Em nome da qualidade do ensino, diante de um abandono a democratização, do acesso de todos a escola básica, as conseqüências da inversão de prioridades estariam, por exemplo, na história da educação brasileira. Com evasão e repetência a qualidade do ensino se diminui, tendo crianças e jovens que na educação básica não conseguem incluir definitivamente na vida escolar. Sem poder decisório, desobrigando-se das políticas sociais e repassando encargos para outras instâncias administrativas institucionais, outra conseqüência diz respeito ao descompromisso do Estado ao descentralizar ações em questão de responsabilidade e assumidas pelo voluntariado no Estado, para a comunidade.

Ocorre a inversão da política em direção ao ensino fundamental, já que é desqualificado, mesmo tendo valores crescentes de aplicação de recursos. O serviço público tem levado à privatização desenfreada de serviços educacionais, no ensino superior, pois, segundo argumentação de que a esfera privada é detentora de maior eficiência vem enfraquecendo sofrendo com diminuição de gastos. Pelas questões políticas que condicionam o sucesso do aluno e a obtenção da cidadania, bem como responsabiliza o professor pelo fracasso escolar, ênfase de desprezo sobre as questões da qualidade do ensino.

O estudo do histórico das políticas educacionais possibilita identificar tais elementos de análise nos diferentes momentos da história da educação brasileira, perante os dados levantados nas características das reformas educacionais dos anos 90, e século XX.

Saberes do professor construídos durante o ensino, com o aluno são considerados robustos pela clareza de sua produção, apesar de pelo aprimoramento ser mutáveis esses saberes. Com essa realidade social em dado tempo real apropriar-se ser sujeito das trocas de idéias um com ou outro.

Diz da necessidade de se apreender a realidade, não apenas para nos adaptar “mas para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”. Da mesma forma, o conceituado mestre diz que “a nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, há quem pergunte, mas que nem sequer há algo realmente perguntado” (Freire, 2006).

Dessa maneira, compreende-se que o processo de ensino e aprendizagem a educação é parte-se de um posicionamento crítico para todos os envolvidos. Sendo assim faz-se indispensável considerar a realidade sociocultural dos alunos, da escola e das famílias, por base nos conhecimentos adquiridos cientificamente, nos conceitos que são em aula trabalhados por os docentes, uma vez que a educação deve resolver os conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo colaborativo: possibilidades de construção de uma prática inclusiva**. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

ALMEIDA, Mariangela lima de; MARTINS, Ines de Oliveira Ramos. **Prática pedagógica inclusiva: a diferença como possibilidade.** Vitória,

ES: GM, 2009. p. 17.

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para a educação de Jovens e Adultos.** Petrópolis, Vozes, 2006.

DOURADO, L. F.; PARO V. H. (orgs.). **Políticas públicas e educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001.

FRIGOTTO, G. O contexto sócio-político brasileiro e a educação nas décadas de 70/90. In: **Contexto & Educação.** Ijuí: Ano 6; n° 24; out./ dez. 1991.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GRACINDO, R. V. **Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos-velhos problemas.** In: Revista Brasileira de Política e Administração. v.13, n°1, p. 7-18. Porto Alegre: ANPAE, Jan./Jun. 1997. HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista.** 26. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1987.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (orgs.). **As dimensões do projeto político- pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas: Papirus, 2001.